

# MEMÓRIA, HISTÓRIA E DESAFIOS DAS MULHERES CIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA NO AMAZONAS

Denis da Silva Pereira<sup>1</sup>  
Suelem Maciel Pereira<sup>2</sup>

## Resumo:

O exercício ora apresentado deriva-se de uma pesquisa de iniciação científica realizada no Instituto Federal do Amazonas, Campus Manaus Zona Leste intitulada: Elas foram rompendo, ocupando e hoje são maioria: história e memória da presença feminina no IFAM CMZL. O artigo apresenta o processo de ocupação das mulheres Cis, baseado em categorias como o Reconhecimento, Resistência e Luta. Na prática a pesquisa realizada teve em seus aspectos genealógicos o desafio de constituir uma reconstrução da história desta Instituição a partir da memória de agentes femininos sociais, que desempenharam e desempenham papéis sociais distintos sob a noção de Halbwachs, onde se pode demonstrar que as mulheres cis conquistaram espaço e protagonismo no contexto da educação profissional agrícola no Amazonas. O texto expressa, por sua vez, o processo de superação do androcentrismo e aponta para a manutenção de misoginia nos dias atuais, fato que representa que o desafio das mulheres Cis fazem parte do presente.

**Palavras-chave:** Mulheres Cis; Educação Profissional Agrícola; memória e protagonismo.

## Abstract:

The exercise presented here derives from a scientific research undertaken at the Federal Institute of Amazonas, Manaus East Zone Campus entitled; They were breaking, occupying and today they are the majority: history and memory of the female presence at IFAM CMZL. The article presents the process of occupation of Cis women, based on categories such as Recognition, Resistance and Fight. In practice the research carried out had in its genealogical aspects the challenge of constituting a reconstruction of the history of this Institution from the memory of female social agents, who played and play distinct social roles under the notion of Halbwachs, where it can be demonstrated that women cis conquered space and protagonism in the context of agricultural professional education in the Amazon. The text expresses, in turn, the process of overcoming androcentrism and points to the maintenance of misogyny today, a fact that represents the challenge of Cis women are part of the present.

**Keywords:** Cis women; Agricultural vocational education; memory and protagonism.

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia Social e mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Educação Superior na Universidade Cândido Mendes (UCAM-RJ). Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). E-mail: denisspereira3@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Tecnologia em Agroecologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Zona Leste (IFAM CMZL). E-mail: suelemacielfam@gmail.com

## Introdução

*Eu acredito que não só na Agroecologia, mas a ciência de uma maneira geral, as mulheres vêm ocupando mais espaço por conta de que historicamente nós fomos subtraídas dos espaços de educação pública, a nossa educação ela sempre se deu muito entre nós na moralidade, mas essa coisa da mulher ocupar o espaço público é muito recente mesmo (RENATA ELCY, entrevista concedida em 2019).*

O presente artigo resulta da pesquisa de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), intitulada *Elas foram rompendo, ocupando e hoje são maioria: história e memória da presença feminina no IFAM CMZL*, aprovado em 2018 pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do Instituto Federal do Amazonas (PPGI-IFAM). A pesquisa teve como objetivo apresentar e descrever o processo de ocupação feminina – CIS na educação agrícola, na Instituição atualmente chamada de IFAM CMZL (Campus Manaus Zona Leste). A pesquisa foi realizada numa perspectiva ampla, pois a mesma considerou mulheres Cis<sup>3</sup> em suas diferentes posições ou ocupações, bem como sintetizou pontos de vista de agentes em distintos momentos históricos. Isto significa que o estudo foi realizado a partir de relatos de estudantes egressas e atuais; de professoras e técnicas administrativas (TAE) e de algumas mulheres que constituíram o primeiro grupo a adentrar nesta Instituição de ensino.

A referida pesquisa realizada basicamente por meio de entrevistas com sete agentes<sup>4</sup> femininas, servidoras e estudantes, servidoras que já foram estudantes, objetivando demonstrar relação assimétrica de gênero e processo de negação e de luta das mulheres pelo direito ao acesso à educação profissional agrícola no Amazonas, em contexto sabidamente androcêntrico, ou seja, voltada quase que exclusivamente para o público masculino. Se é patente que historicamente o Brasil havia negado o direito ao acesso à educação formal às mulheres, consideremos este processo de exclusão, resistência<sup>5</sup> e luta<sup>6</sup> das mulheres num contexto de uma escola com internato masculino na Amazônia. Assim, este artigo representa menos uma história da educação e muito mais o apontamento de algumas memórias e de pontos de vistas de mulheres que se construíram e contribuíram para que a democracia de gênero no acesso à educação tenha se tornado uma realidade no Brasil particularmente, no Colégio Agrícola e atualmente no IFAM CMZL, apontando os atuais desafios por pleno reconhecimento.<sup>7</sup>

Outro elemento a ser considerado neste trabalho é o das condições da própria construção da pesquisa considerando tratar-se de uma pesquisa de iniciação científica, desenvolvida por uma estudante do curso de Tecnologia em Agroecologia, fato que, inequivocamente, introduz na pesquisa alguns condicionantes fundamentais: o primeiro ligado à condição de neófito em desenvolvimento de pesquisa, em

<sup>3</sup> Este trabalho restringe-se ao estudo de gênero, considerando exclusivamente mulheres Cis.

<sup>4</sup> O uso da categoria agente coaduna-se com a perspectiva de Bourdieu, ou seja, pressuponho a noção de que a atuação destas mulheres no contexto da educação profissional agrícola foi determinante para as mudanças estruturais das relações de gênero neste contexto.

<sup>5</sup> O termo tem o sentido proposto na obra de Scott, *Los dominados y el arte de la resistencia*, 2000.

<sup>6</sup> A categoria luta neste artigo tem o sentido proposto por Weber – Lutar denomina-se uma relação social que tem as ações orientadas por uma disputa, onde as vontades se opõem, uma querendo sobrepor a outra. Nessa relação um lado tenta resistir. A luta pode ser pacífica, sem que haja “Violência física efetiva”, também há uma concorrência regulada quando seus fins e meios se orientam por uma ordem. Weber destaca a luta pela existência, que envolve as ações que visam a sobrevivência

<sup>7</sup> Sentido postulado no trabalho de Nancy Fraser “Reconhecimento sem ética” (2007) em que a mesma defende a igualdade de status.

especial com trabalho de coleta de dados com agentes sociais; segundo por tratar-se da pesquisadora que é também discente da instituição pesquisada e por fim, devemos considerar o fato de que o trabalho foi um despertar para o debate de gênero em uma jovem de 20 anos, demarcando um duplo afetamento da pesquisadora na perspectiva proposta no trabalho de Saada (2005), determinando certo *ponto de vista*<sup>8</sup>, frente aos arcabouços teóricos e às falas das agentes. Isto posto, evidenciam-se as potencialidades, a relevância e os limites do trabalho.

O atual Campus Manaus Zona Leste do Instituto Federal do Amazonas possui longa trajetória na educação profissional voltada para o setor primário na Amazônia. O uso do termo Amazônia refere-se não somente ao fato deste campus ter iniciado suas atividades no Estado do Acre, mas, primordialmente, pelo fato de ter sido historicamente frequentado por estudantes do interior do Estado do Amazonas e de vários outros Estados da região. Neste sentido, trata-se de uma experiência marcada por deslocamentos e por formar agentes sociais de diversas localidades.

Essa escola foi criada no Acre e os poucos documentos a esse respeito revelaram que sua criação se deu logo que o Acre foi integrado como parte do território brasileiro, na passagem do século XIX para o século XX. A criação de uma escola federal no Acre teve como objetivo fomentar a ocupação inicial do estado (SILVA, 2017).

A pesquisa teve como perspectiva considerar a memória e a história na estruturação da educação profissional a partir das experiências narradas por mulheres do Colégio Agrícola/IFAM. A memória na concepção de Halbwachs (2013) é um processo de reconstrução, devendo ser analisada levando-se em consideração dois aspectos: o primeiro refere-se ao fato de que não se trata de uma repetição linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais; por outro lado, se diferencia dos acontecimentos e vivências que podem ser evocados e localizados em um determinado tempo e espaço envoltos num conjunto de relações sociais (HALBWACHS, 2013).

O contexto social do local da pesquisa coaduna-se com a noção postulada por Halbwachs, no sentido de que independentemente do gênero, o ser *agricolano* constitui-se como uma “identidade de memória coletiva” daqueles que construíram a história deste lugar, em especial os estudantes que se autorreconhecem como *legítimos agricolinos*: “Assim, não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros” (HALBWACHS, 2013, p. 39). O trabalho, portanto, é uma antropologia do presente do campus IFAM CMZL que a todo momento olha para um passado reconstruído na percepção de cada agente que contribuiu com o este estudo.

A pesquisa justificou-se na medida em que a temática educação profissional na Amazônia tem atraído diversos pesquisadores nos últimos anos a desenvolver trabalhos de pós-graduação, a partir de diversos enfoques. Em si, este fato revela o elevado grau de desconhecimentos, incertezas, interpretações pouco fundamentadas que estas experiências representam ao contexto da pesquisa na Amazônia. Quando especificamos na dimensão do gênero, do feminino, certamente que a compreensão sobre educação profissional nesta região impõe alguns esforços a mais. Neste sentido, um trabalho de iniciação científica não possui as mesmas condições de análises e abrangência de um trabalho *estrito sensu*, todavia, é possível que represente uma boa provocação acadêmica aos pesquisadores tanto na temática de gênero quanto em

---

<sup>8</sup> Sentindo proposto por Bourdieu em sua obra “A miséria do mundo” (2011).

outras temáticas na área da educação, no sentido de suprir determinadas lacunas científicas, neste trabalho voltado para a educação agrícola. Outra dimensão desta proposta se encontra no campo político, que re-presentou a intensão de dar visibilidade a outras narrativas, outras formas de olhar e de compreender as realidades, neste caso, compreender como este importante local educacional para a região Amazônica se constituiu em seus processos culminando com sua atual síntese – tese.

A proposta de estudo, portanto, fundamentou-se no recorte da história do IFAM CMZL no que diz respeito ao processo de dar vozes às mulheres para que as mesmas acrescentem à memória questões referidas ao gênero, ou seja, o desafio foi o de descrever a trajetória de ocupação das mulheres no IFAM CMZL. Segundo uma estudante de 1993, o número de mulheres chegava ao máximo de sete. O trabalho de pesquisa proposto, neste sentido, concentrou-se no estudo que possibilitou um arcabouço de informações que favoreçam o reconhecimento – conhecer desde o processo fundacional da antiga Escola Agrícola Rio Branco até o surgimento do Instituto Federal de Educação em 2008, sob a ótica das mulheres – CIS, a forma de ingresso das primeiras meninas nesta modalidade de ensino, os contextos de convivência e de aprendizagens, desenvolvendo uma etnografia que nos permita compreensão sobre a educação profissional para o setor agrícola na Amazônia e a conquista de espaços pelas mulheres neste contexto.

A chegada da Instituição de ensino ao Amazonas, mais especificamente para a localidade denominada Paredão, às margens do encontro das águas do Rio Negro e Solimões, atual Vila Buriti, pertencente a marinha, trouxe como uma de suas marcas a negação de acesso à educação pelas mulheres, exclusão aprofundada por se tratar de uma escola profissionalizante para o setor agropecuário, em que os estudantes eram “internos”. Esta lógica permaneceu até o ano de 1985, quando tivemos a primeira matrícula de estudante não parental, momento em que a escola já estava situada na Alameda Cosme Ferreira, na Zona Leste de Manaus. Isto representa que as poucas estudantes do sexo feminino, ao estudarem no Colégio Agrícola eram ligadas por parentesco de servidores e as demais mulheres, poucas eram servidoras e, ainda assim, vinculadas aos serviços de limpeza, cozinha e lavagem de roupas.

Assim, a primeira parte do artigo é um apanhado reflexivo sobre a construção da pesquisa, das condições objetivas e subjetivas do estudo realizado. Na sequência, o artigo apresenta dados quantitativos que representam na prática a expressão das lutas das mulheres e suas conquistas no campo da educação profissional. Posteriormente o artigo apresenta breve histórico do IFAM CMZL, desde sua fundação na década de 1920 no Acre. Na centralidade desta textualização encontra expressão da memória das mulheres que participaram da pesquisa e que esboçaram suas vivências como agentes sociais desde os tempos de Paredão; o desfecho do artigo concentra-se na análise do atual contexto de gênero, onde evidenciam-se as conquistas e os desafios postos.

## **Caminhos trilhados no decorrer da pesquisa**

Esta pesquisa se propõe a seguir os caminhos da reflexividade postulada por Bourdieu. O desafio de pensar a reflexividade e, acima de tudo, praticar a “reflexividade reflexa” no trabalho antropológico fará parte de todas as etapas descritivas. Neste sentido, o trabalho de pesquisa proposto, tem o compromisso de considerar as diversas perspectivas de diferentes mulheres, que de pontos e tempos diferenciados as agentes falaram sobre suas experiências neste campus do IFAM CMZL. O trabalho de pesquisa foi desenvolvido em três frentes distintas e complementares: Inicialmente como pesquisa de ordem bibliográfica, em que o foco se encontra na demanda em conhecer os fundamentos históricos de luta das mulheres e compreender

as teorias do feminismo e do gênero, que fomentaram dialeticamente as lutas das mulheres. Dessa forma, o trabalho de campo tem como atividade propedêutica a pesquisa bibliográfica e documental e, na sequência, análise dos dados construídos mapeados em alguns setores do Campus; posteriormente realizou-se as entrevistas com sete agentes femininas, que foram ou são estudantes e/ou servidoras deste Campus, tendo em vista que se pretendia descrever a relação mulheres/acesso à educação profissional agrícola no Amazonas, portanto, constituindo uma polifonia de narrativas e memórias de tempos distintos sobre a participação das mulheres no cotidiano do atual IFAM CMZL, construindo um arcabouço que contribua com a história e com socioantropologia da educação profissional no Amazonas, em interface com os debates e lutas das mulheres.

O processo de desenvolvimento desta pesquisa em seus aspectos fundacionais, isto é, a pesquisa bibliográfica teve enorme contribuição para dar embasamento do trabalho em curso. Segundo Boccato (2006, p. 266), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referências teóricas publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Portanto, foi de suma importância que a pesquisadora realizasse um planejamento sistemático do processo de pesquisa. Assim, o contato com referências bibliográficas, com documentos e com pesquisas desenvolvidas contribuíram na construção de uma organização histórica do campus e possibilitaram conhecer a história do patriarcalismo, as formas de dominação masculina, as lutas das mulheres por meio do feminismo, suas conquistas sociais.

Este exercício também possibilitou conhecer as bases das teorias de gênero por meio de leituras como os de Scott (1990), Grossi (1998), Salih (2012) que fundamentam o debate sobre direitos, equidade e justiça no mundo contemporâneo. Neste sentido, o trabalho de campo foi norteado pela perspectiva de Bourdieu, que considera “um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23). Os campos são formados por agentes, que podem ser indivíduos ou instituições, os quais criam os espaços e os fazem existir pelas relações que aí estabelecem. Um dos princípios dos campos, à medida que determina o que os agentes podem ou não fazer, é a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes” (BOURDIEU, 2004, p. 23). Portanto, este artigo, inegavelmente, resulta de um estudo de iniciação científica, que na prática está trazendo para um microcosmo social duas categorias fundamentais postuladas por Foucault: o *Poder* e o *Saber*. A final, este texto representa uma experiência histórica em que se demonstra o processo e a síntese de um novo saber no contexto da educação profissional do Amazonas, e tem como transfundo as relações de poder estabelecidas no contexto. Neste sentido Deleuze afirma:

Poder é precisamente o elemento informal que passa entre as formas de saber, ou por baixo delas. Por isso ele é dito microfísico. Ele é força, e relação de força, não forma. E a concepção das relações de forças em Foucault, prolongando Nietzsche, é um dos pontos mais importantes de seu pensamento (DELEUZE, 2008, p. 112).

Este trabalho, desenvolvido em parceria entre orientador e orientanda, estando a última em sua primeira experiência com o campo da pesquisa, foi de aprendizados teóricos e práticos, na construção de relações efetivas no campo, à medida em que solicitava acesso aos dados, agendava entrevistas, preparava esboço que balizaria as conversas com as agentes e da própria prática de realizar entrevistas. Observou-se

frente às relações as lutas empreendidas no processo de ocupação, o poder misógino no campo educacional e a aprendizagem significativa e reflexiva na construção desta textualização.

### **Breve histórico do IFAM CMZL**

O deslocamento da Escola Agrícola Rio Branco foi noticiado em 14 de setembro de 1940. Com isso, o deslocamento da escola para o Amazonas se deu através do Decreto Lei nº. 9.758, de 05 de setembro 1946 passando a denominar-se Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas. Dessa forma, a mesma instalou-se às margens do Rio Negro em um barranco, que pela sua altitude fez com que aquele local fosse chamado de Paredão, onde atualmente aloca-se um conjunto de casas habitadas por militares da Marinha do Brasil, a Vila Buriti.

Em 12 de maio de 1972, a escola foi elevada à categoria de Colégio Agrícola do Amazonas, pelo Decreto nº. 70.513/72, ano em que se transferiu para o atual endereço. A escola, assim, passa a funcionar na Alameda Cosme Ferreira, atual bairro Gilberto Mestrinho. Naquela época, a Zona Leste sequer existia como espaço ocupado, realidade que propiciou a criação de uma escola fazenda.

Em 1979, através do Decreto nº. 83.935, de 4 de setembro do mesmo ano, recebeu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Manaus. Transformou-se em autarquia educacional de regime pela Lei nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Educação Tecnológica - SETEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997. Posteriormente foi fundado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas (IFAM), contexto em que passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM), Campus Manaus – Zona Leste, criado de acordo com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, advindo da Escola Agrotécnica Federal de Manaus.

A criação dos Institutos Federais, como instrumentos de viabilização de política pública da Educação Profissional, conforme o MEC, tem sua função social configurada nas definições de sua natureza e singularidade, que se materializam na expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; nas iniciativas educacionais em cooperação com 15 Estados e Municípios; na ampliação da oferta de cursos técnicos na forma de ensino médio integrado, incluindo a forma ensino à distância (EAD); no apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições, com a formação de mais mestres e doutores; e, finalmente, nas ações ligadas ao princípio de que os processos de formação para o trabalho tenham relação com a elevação do nível escolar, o que inclui o Programa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) (Bentes, 2015).

### **São mais que números: da exclusão ao protagonismo no IFAM CMZL**

Há sempre dilemas de ordem metodológica quando realizamos pesquisas, haja vista a divisão radical entre campos do saber, legitimados pelos grandes divisores, criticado por Bruno Latour em sua obra *Jamais fomos modernos* (1994). Neste contexto, o uso de dados quantitativos não constitui contradição e neste caso, também não determina nenhuma necessidade de classificar a pesquisa como quanti-qualitativa. Os dados estatísticos são na prática uma representação da luta por protagonismo feminino na educação profissional. O intento de demonstrar este processo se dá por considerarmos que a história educacional das mulheres no Brasil esteve entre a fé cristã e a casa, campo da religião e do doméstico. Por sabermos que

a educação formal é condição fundamental para a conquista da mulher aos espaços públicos, científicos e de poder, este artigo é praticamente uma descrição de experiências de relações de gênero em educação. Para fundamentar os pressupostos que alimentaram este projeto, Del Priori descreve o caminho trilhado para as mulheres, que nos faz considerar que a escolarização feminina, neste caso educação profissional, trata-se de uma verdadeira dessacralização e empoderamento feminino.

Para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo. Deve-se notar que, embora expressão cristã tenha um caráter mais abrangente, a referência para a sociedade brasileira da época era, sem dúvida, o catolicismo. Ainda que a República formalizasse a separação da Igreja católica do Estado, permaneceria como dominante a moral religiosa, que apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria. A escolha entre esses dois modelos representava, na verdade, uma não-escolha, pois se esperava que as meninas e jovens construíssem suas vidas pela imagem de pureza da Virgem. Através do símbolo mariano se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina (DEL PRIORE, 2004, p. 447).

As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas (DEL PRIORE, 2004, p. 446).

Assim, se a Escola Agrícola foi marcada por barreiras que corroboravam com ditos culturais sobre os locais e os papéis atribuídos às mulheres, no presente alguém que visite as quinze turmas dos cursos integrados em Agropecuária, Agroecologia, Administração ou Paisagismo; passe pelas turmas de Pós Médio diurno em Agropecuária, Recursos Pesqueiros ou Recurso Florestal ou do PROEJA em Administração ou Informática; ande um pouco mais pelo campus e adentre as salas de aula do curso Tecnólogo em Agroecologia, Medicina Veterinária ou na primeira turma de engenharia de Software ou ainda na turma de Especialização em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia irá verificar um fenômeno que recente na história deste Colégio, considerando os 79 anos deste atual Campus do IFAM. Por mais que nossa pesquisa não tenha obtido dados mais antigos é sabido que a primeira estudante conquistou matrícula em 1985 e ao adentrarmos o setor de Registros pudemos acompanhar o processo de crescimento de matrículas femininas desde 2010, momento de consolidação da participação feminina em formação profissional no campus. Em 2010 tínhamos 366 estudantes do sexo feminino e 411 do sexo masculino; em 2019 1.148 estudantes mulheres e 610 matrículas de homens.

Quando nos referimos à participação feminina entre servidores obtivemos dados de 1986, em que se observa uma relação bem paritária em que os técnicos administrativos composto por 20 mulheres e 21 homens, no campo do ensino eram 04 professoras e 17 professores, 2019 entre os técnicos administrativos

temos 52 mulheres e 74 homens, entre professores 53 mulheres e 83 homens. Longe de postularmos um simplismo da disputa matemática entre os gêneros, longe de pensarmos que a presença das mulheres de forma mais consistente tenha suprimido todo o histórico de dominação masculina e todas formas de misoginia, todavia representa que a luta das mulheres se faz também no ato de ocupar espaços, que estas agentes têm contribuído para a democratização de gênero no contexto do ensino tecnológico. Na parte final deste artigo apresentaremos os desafios que mesmo frente à ocupação das mulheres como discentes, docentes e servidoras permanecem a coexistir nas relações de gênero neste campus.

### **Elas chegaram pela porta da cozinha ou como estudantes indicadas: as mulheres no Paredão e no Alameda Cosme Ferreira**

Historicamente, a presença das mulheres nas escolas é relativamente recente, considerando que durante todo o período colonial as mulheres tiveram educação voltada para o lar, ou seja, voltada para atividades domésticas. Entendia-se que a formação era dentro dos princípios da época, servindo à família. Suas únicas atividades eram de mãe, esposa e educadora. Em meados do século XIX, as mulheres, timidamente, iniciaram um processo de ocupação das escolas, neste caso escolas particulares voltadas para famílias abastadas.

Com a chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil, o ensino se concentrou nas mãos da igreja, especialmente sob a responsabilidade das ordens religiosas dos Jesuítas e dos Franciscanos. No período colonial, a educação se destinava unicamente à formação da elite branca e à catequese. A primeira escola de ler e escrever foi erguida na Bahia, aproximadamente em 1549, o foco dos Jesuítas era voltado para a formação da elite masculina, sendo as mulheres excluídas desse processo, pois estavam destinadas ao lar, à família e ao casamento, quando muito educavam-se na catequese (STAMATTO, 2014).

Neste momento, os ensinamentos não tinham centralidade nos conteúdos, visto que a preocupação da escola era que as alunas aprendessem a se comportar na sociedade, além disso, ainda havia a compreensão de que disciplinas que envolviam cálculos não podiam ser voltadas ao público feminino, marcando um preconceito sobre as condições de aprendizagem, que colocavam as mulheres em condição de inferioridade cognitiva. Nas escolas públicas, o ingresso feminino não ocorreu com a fundação da Escola Normal, em 1880, no Rio de Janeiro. As mulheres que adentravam nesta instituição eram oriundas das famílias abastadas, em sua maioria filhas de fazendeiros que se tornavam professoras de instrução primária (RIBEIRO, 1984).

As lutas das mulheres no Brasil têm no direito ao voto um marco genealógico, todavia, somente a partir de 1960 podemos falar de processo mais elaborado de organização e de ocupação de espaços de debate e de reivindicações, como o acadêmico. Segundo Heloisa Buarque de Hollanda (1994), a década de 1970 é marcadamente o momento em que o campo acadêmico e o feminismo se impõem de forma inovadora e com intenso potencial crítico. Neste momento, a temática do gênero surge de maneira consistente amparada pelas posições teóricas ditas pós-modernas, isto é, a superação dos grandes modelos explicativos retira esta temática como da marginalidade acadêmica. O gênero passa a constituir-se como temática que visa superar os ditames de biologismo naturalizador das diferenças.

## Escola Agrícola: memórias de lavadeiras e cozinheiras do Paredão e da Alameda Cosme Ferreira

Numa escola que foi pensada como estratégia de construção de nacionalidade, de desenvolvimento da prática da agricultura na Amazônia e estruturada para o sexo masculino, no trabalho de campo, a busca por uma genealogia nos levou a procurar mulheres idosas que pudessem expor suas memórias sobre as relações de gênero no contexto da Escola Agrícola, no Paredão e na Alameda Cosme Ferreira. Neste processo encontramos duas senhoras, servidoras aposentadas, uma com poucas lembranças devido a idade avançada e a outra, um pouco mais jovem, que possuía muitas memórias e que deu importantes contribuições sobre a presença das mulheres na Escola. Registra-se no contexto do Paredão, que a presença das mulheres era pequena, restrita aos serviços gerais, como limpeza e lavagem da roupa e materiais de cama, banho e cozinha dos estudantes, caso de nossas duas interlocutoras, e de algumas meninas, filhas de servidores que estudaram no Paredão. Todavia, estamos nos reportando a exceções factuais de alguns períodos. Para conversarmos com as servidoras aposentadas, fomos, primeiramente, à zona centro sul da cidade de Manaus, bairro do Japiim, em companhia de uma servidora ativa, que é sobrinha de nossa primeira entrevistada. Esta interlocutora, que recebeu o codinome de Montessori,<sup>9</sup> atuou como lavadeira no Paredão, todavia, aos 93 anos de idade sua memória era vaga e distante e foi impossível obtermos dados ou descrições sobre aquele momento. Nossa guia e mediadora da entrevista, na medida em que nos deslocávamos para a casa de sua tia, relatou suas lembranças, quando ainda criança acompanhava sua mãe e tia no trabalho na escola, bem como suas memórias como servidora a partir da década de 1990.

Dias depois recorremos à dona Ferreiro, 68 anos, residente do bairro Grande Vitória, começou a trabalhar em 1978 na escola, quando a escola estava há apenas um ano no atual endereço, na Alameda Cosme Ferreira. Dona Ferreiro se aposentou em 2010 e muito contribuiu com nossa pesquisa. É fato que a história da educação profissional no Amazonas passa pela condição fundamental da subalternidade feminina, pois elas estavam em atividades dentro da escola como serviços de uma instituição para homens. Dona Ferreiro relata que quando entrou na escola *em 1978 havia 75 alunos internos, mas que chegou a 550<sup>10</sup>*, sendo que eram apenas cinco mulheres para prepararem café, almoço, merenda e janta, e um rapaz que ajudava a servir: *Olha, muito trabalho.*

O quadro de funcionários não aumentava porque neste período era proibida contratação de novos trabalha/dores. Sobre a presença feminina a entrevistada falou:

A primeira aluna ela teve que fazer uma carta para o ministro da educação pedir uma vaga na escola que ela gostaria cursar o curso de técnico em Agropecuária e ela não conseguia se matricular porque não aceitava, porque não tinha alojamento para as mulheres, não tinha como vim, então aí ela conseguiu, né. O ministro abriu espaço pra ela aí foi quando veio ela e a Alice foram às primeiras alunas (D. FERREIRO, entrevista concedida em 2019).

<sup>9</sup> O nome da agente da pesquisa é uma homenagem das mulheres que tiveram papel de relevância na luta pelos direitos de gênero.

<sup>10</sup> Este quantitativo de estudantes refere - se aos anos de Escola Agrotécnica, 1990.

A conquista da primeira mulher a ter sua matrícula como aluna do curso de agropecuária, fora da condição de vínculo de parentesco ou proximidade com agentes do referido colégio, abriu portas para que outras mulheres pudessem adentrar à escola como alunas formais. Todavia, isto também representava a construção de diversos dilemas que marcam espaços dominados pela misoginia. O primeiro dilema vivenciado por estas meninas era a inexistência de direito a residir na Escola.

Elas tiveram que morar na casa de alguém, aí inclusive uma delas morou na minha casa outros moravam com amigos com outras pessoas aí elas passavam só o dia, né e iam embora de tarde (D. FERREIRO, entrevista concedida em 2019).

## **Memória e história: processo de avanço e a violência misógina na Escola Agrícola/Agrotécnica**

Frente a este quadro, podemos imaginar o quão difícil representou o processo de meninas na educação técnica agrícola. Segundo Mantoan, professora de História, que ingressou no único concurso mais amplo do governo FHC realizado em 1994, mesmo nesta década a participação feminina entre os estudantes era baixíssima, considerando que a escola já adotava o processo seletivo desde 1992, que garantia a matrícula, pelo menos de dois alunos para cada município do Amazonas.

Quando eu entrei aqui a faixa etária dos alunos eram acima de 18 anos, então eram adultos mesmo. Então eram jovens adultos que vieram para cá, na época o concurso dava uma vaga para cada município então cada município tinha uma vaga e tinha um percentual de vagas pra cá pra Manaus, então tinha o regime de residência, os alunos eles ficavam residindo aqui, né, mas essas vagas eram só para os homens, né, então eram só para o sexo masculino (MANTOAN, entrevista concedida em 2019).

Além da inexistência de alojamentos femininos, temática que só foi enfrentada pelo Diretor geral, professor Jose Maurício do Rego Feitosa, em 2010, estas estudantes das décadas passadas, como foi o caso da primeira menina a ter matrícula, tinham que morar com amigos ou com servidores do Colégio que as acolhessem. Dona Ferreiro relata que quando as estudantes sofriam algum tipo de violência, discriminação por parte dos estudantes do sexo masculino, elas choravam, reclamavam com a direção, todavia a fala recorrente era de que:

Elas estavam num mundo de defesa, que elas se defendessem, né ou desistiam de onde elas estavam porque o assédio seria muito forte perante a elas porque elas eram as únicas e os alunos eram alunos, ainda mais naquela situação que eles viviam ali preso (D. FERREIRO, entrevista concedida em 2019).

Segundo a professora Mantoan, houve situações em que estudantes foram assediadas por profissionais do serviço de segurança, inclusive relatou um fato em que uma estudante estava no alojamento sozinha e teve que trancar a porta e pedir por socorro, pois o servidor estava a bater desejando entrar, outro exemplo de muita misoginia se dava na fila do refeitório, visto que *havia muito empurra, empurra e as meninas eram as que mais sofriam*, há relatos ainda de alguns que chegavam a baixar as calças visando constranger as colegas de sala de aula.

Dona Ferreiro relatou em sua entrevista que foi ela que acolheu a primeira estudante do curso de Agropecuária formalmente matriculada, enfatiza que naquele momento o Brasil passava pela fase final do período Militar e que a escola reproduzia no campo pedagógico o modelo autoritário do Regime. Segunda ela, sua jovem hóspede reclamava do tratamento dado pela direção frente as queixas que a mesma fazia junto a ele, pois o diretor *também era da época militar*. Certo dia, ela recorda que ao fazer uma reclamação sobre o excesso de trabalho, o Diretor teria respondido a ela:

Que era aquilo, foi ela que pediu pra ir, correndo todos os riscos não queria trabalhar no pesado, no terçado e o diretor não tinha esse negócio é mulher você quer vim pra escola de homem é pra você participar de tudo (D. FERREIRO, entrevista concedida em 2019).

Observa-se que o direito à educação profissional para técnico agrícola, neste contexto, representou uma grande luta de mulheres que ousaram enfrentar espaço exclusivos para homens, em que o behaviorismo e o autoritarismo eram levados às últimas consequências, pois a indisciplina significava o aumento de escalas de labuta.

Né, teria que fazer tudo que fosse determinado, reclamava na hora de cavar chão, cortar madeira que nessa época dela aí aquele campo ali pra baixo tudo era toco, tudo era mato bruto ainda, aí os alunos tinham que arrancar o toco ,raízes, assim tudinho naquela época não tinha aquele negócio de trator pra arrancar era no machado e cada um era escalado principalmente aqueles mais rebeldes iam trabalhar como forma de correção (D. FERREIRO, entrevista concedida em 2019).

A prática de uma modalidade de educação como correção, remonta ao objetivo fundacional da Colégio Agrícola como já se expôs acima e teve no período de 1964 a 1984 o reforço de um contexto de autoritarismo radical imposto pelo Regime Militar. De acordo com nossa entrevistada este modelo não pedagógico determinava processos de bastante violência, a condição feminina tornava-se mais penosa por todo o contexto de misoginia que imperava no decorrer dos processos históricos. A convivência com inúmeros egressos desta instituição, sejam homens ou mulheres e ser partícipe dessa “cultura agricolina”, nos possibilita ouvir relatos extremamente saudosistas, romanceados e valorizados. É comum ouvirmos falas de egressas e primordialmente de egressos que não enxergavam nada ruim no modelo agrícola, narrativas que apontam autoritarismo, exclusões, misoginia, exploração como modelos dotados de perfeição na relação ensino/aprendizagem e nem sempre rumo ao um passado, por vezes direcionados a um presente.

Êda Luiz, servidora TAE desde 1984, expressou a partir de um olhar para o passado as dificuldades de percepção de machismo e misoginia no contexto da Escola Agrícola/ Agrotécnica, não por ser uma realidade daquele momento histórico, mas porque não havia a percepção teórica das próprias mulheres referentes às assimetrias e atos de violência por elas sofridos. Neste sentido, somente com um olhar do presente, revisado e reconstrutivo no passado, pode-se ter a dimensão da dominação masculina. Esta perspectiva de ciência coaduna-se com perspectiva de Bachelard em sua obra “O novo Espírito científico” (1996), considerando que quaisquer trabalhos de pesquisa, caso realizados na década de 1980, sobre a Educação Profissional Agrícola simplesmente não traria esta temática e, caso trouxesse, representaria uma

crise do paradigma da ciência educacional e dos agentes que constituíam o grupo social desta instituição. Neste sentido, Êda Luiz expressa que:

Pelo fato de eu não ter na época assim esse olhar que eu tenho hoje né com relação ao empoderamento da mulher e o machismo masculino eu não observava muito (ÊDA LUIZ, entrevista concedida em 2019).

Assim sendo, quando nos reportamos aos desafios da inclusão e permanência de mulheres no campus, Êda Luiz relatou que a condição de servidora estudante na década de 1980 representava resistência e luta:

Passei pra minha primeira graduação em Ciências sócias e também foi uma outra guerra porque como eu era única praticamente que fazia faculdade eu dava conta de todo mundo daqui do trabalho como um todo. Chegou a um ponto de um colega ter destreza de fazer um relatório e mandar pra Brasília solicitando a minha demissão não era nem exoneração era demissão pelo fato de eu tá estudando, aí Brasília mandou o retorno disso aí que eu não podia ser cerceada de um direito que era de estudar (ÊDA LUIZ, entrevista concedida em 2019).

Os recortes multifocais de agentes, contextos e situações, de mulheres que ocupam ou ocuparam posições distintas em tempos passados no presente, denotam uma similitude que reforça a noção posta por Halbwachs de uma reconstrução de um passado misógino do atual IFAM CMZL. E como apresentaremos a seguir, a luta por reconhecimento transcende atualmente os elementos de ordem de livre acesso de mulheres, ela permanece como desafio de construções que garantam a igualdade de status, o respeito e, portanto, o bem viver das mulheres.

## **O processo de consolidação da presença e da ação das mulheres no IFAM CMZL: protagonismo e desafios**

Segundo a professora Queirós, que ingressou em 2017 no quadro de docentes, mas que foi estudante de 1997 a 1999, as meninas eram em minoria em sua turma de Zootecnia<sup>11</sup>, sendo 32 meninos e 8 meninas neste período, fato que já representava um avanço na ocupação feminina deste espaço. A professora ressalta que as estudantes do sexo feminino eram muito estigmatizadas, rotuladas, assediadas o que exigia das mulheres capacidade de resistência e resiliência, e salienta que, quando uma estudante namorava um colega e depois se envolvia afetivamente com outro, era logo classificada como “puta”, “safada”, etc. Todavia quando uma menina recusava-se namorar algum rapaz era logo classificada como lésbica – “machuda”.

O rapaz que se interessasse por uma menina ela desce uma negativa dizia no mínimo porque tu é lésbica ou usando um termo bem pejorativo que é machuda. Tu não quer ficar comigo porque tu gosta de menina entendeu e não tinha nenhuma política que coibisse isso, na época não tinha essa situação de bullying, de discutir, então era bem

<sup>11</sup> Período em que a Escola Agrotécnica segmentou a formação profissional: Agricultura dos Trópicos Úmidos, Zootecnia, Recursos Pesqueiros e Agroindústria.

pesado (...) as violências abstratas que nós sofríamos, por exemplo, os meninos chamavam determinada garota de piranha, de vagabunda, por exemplo, e aí o máximo que ela ia tentar era sobreviver aquele ataque, tentar se defender, chorar, não tinha ninguém, não tinha apoio, não tinha suporte (PROFESSORA QUEIRÓS, entrevista concedida em 2019).

Quando se refere aos trabalhos práticos das disciplinas a mesma relatou:

Nas aulas de campo como as meninas eram tratadas? Não, aqui não tinha diferenciação, você tinha que ser bom, você tinha que ser boa na execução das suas atividades não tinha tratamento diferenciado. Há, é porque é menina não vai executar, por exemplo, uma castração não era visto enquanto profissionais e não enquanto gênero todos deveriam saber laçar, derrubar animais, castrar, etc. (PROFESSORA QUEIRÓS, entrevista concedida em 2019).

A presença de mulheres na área da docência também representou um tabu na educação agrícola no Amazonas. Segunda a Professora Mantoan em seu concurso entrou mais duas professoras e havia apenas mais três que já faziam parte do quadro de professores.

Por exemplo, nessa época de professoras entrou eu, a professora Francisca, Professora Tânia (...) e aqui também a gente encontrou uma professora de português era a professora Luizete que já aposentou uma professora de biologia o nome dela é Eliete, gaúcha que logo em seguida ela pediu redistribuição pra cidade dela, né pra Porto Alegre né e a professora Lucineide eram essas professoras que tinha o restante eram homens (PROFESSORA MANTOAN, entrevista concedida em 2019).

A inserção de mulheres na carreira docente em educação profissional agrícola foi marcada por intensos processos e conflitos assimétricos, inclusive a professora Arendt registrou que na gestão do professor Jorge Nunes, a professora Tânia e ela assumiram a Direção de Ensino e a Coordenação Geral de Ensino, e que em relação a um desses convites um professor reclamou que “não aceitava ser chefiado por uma mulher” (PROFESSORA MANTOAN, entrevista concedida em 2019).

Segundo a professora Queirós que voltou a sua antiga escola, atualmente como campus do IFAM CMZL, a realidade mudou substancialmente pois “*enquanto aluna eu via as situações e que nós não tínhamos capacidade de argumentar de questionar entendeu então nós estávamos basicamente tentando sobreviver aos afrontes*” (PROFESSORA QUEIRÓS, entrevista concedida em 2019).

Ainda segundo Professora Queirós, na atualidade as alunas estão mais empoderadas, além de possuírem maior consciência dos seus direitos, estas possuem apoio pedagógico, psicológico, etc. Quantos às servidoras a mesma reconhece ainda colegas de trabalho que:

Acham que eles têm direito ao acesso a nossa vida tanto corpo como a tua índole né eles ainda acham que a mulher enquanto espaço público, a mulher está ali para servir, a mulher estar, entendeu. Inclusive relato de servidoras que são assediadas, mas eu vejo com bons olhos eu tenho esperança que essas coisas vão mudar a marcha do progresso é lento,

mas ela é constante, então essas coisas estão sendo sumariamente reprimida, coibidas né trabalhadas aqui no ambiente (PROFESSORA QUEIRÓS, entrevista concedida em 2019).

Por mais que consideremos os avanços no que diz respeito a ocupação feminina no Campus, de forma mais evidente no quantitativo de mulheres discentes em todos os cursos, para a professora Queirós não há uma plena democracia de gênero: “*não vejo assim que esteja do mesmo jeito dos anos anteriores, mas poderia estar bem melhor (...) bem, claro que essa questão de não valorizar o potencial feminino isso é uma coisa visível no nosso campus não mudou nada*” (PROFESSORA QUEIRÓS, entrevista concedida em 2019).

## Considerações finais

Os recortes de memórias que permearam a composição deste texto expressam mais que lembranças coletivas de um passado vivido, mas viu-se que lidamos com uma elaboração reflexiva de um passado reconstruído, reelaborado. Isto significa que processos de exclusão que provocavam dores, marcas na alma de mulheres na educação profissional agrícola, não encontravam naquele contexto a perspectiva de problema social construído, portanto, podemos afirmar que houve um processo de resistência e de enfrentamento empreendido pelas mulheres deste campus, um verdadeiro processo de desnaturalização, ou seja se construiu uma trajetória que possibilitou enxergar a cultura da subalternidade feminina como marcador da história destes processos de resistência e de luta.

O exercício aqui realizado, restrito a organizar parte dos dados de uma pesquisa de iniciação científica, nos colocou em profundas experiências de aprendizagem de reflexão que possibilitou a ressignificação da percepção de si mesma, quando nos referimos à jovem pesquisadora – bolsista, ao orientador da pesquisa foi fundamental enquanto promotora de aprofundamento sobre a história da educação profissional na Amazônia, no contexto das questões de gênero, possibilitou a reflexão sobre a própria posição enquanto homem cis numa pesquisa que estabeleceu como um dos critérios metodológicos privilegiar a memória das mulheres sobre suas próprias histórias, neste sentido o orientador se constituiu como “ponto fora curva” no desenvolvimento da pesquisa. Nesta perspectiva é sabido que toda arte de traduzir sentimentos, opiniões, experiências de outros em si já representa uma arbitrariedade que exige justificar-se a todo momento em busca de alguma legitimação, o grau de arbitrariedade eleva-se quando nos deparamos com a temática da identidade e do reconhecimento na condição de agente não “nativo”.

Todavia, resguardadas estas e outras questões limitadoras, o ensaio aqui apresentado é um artesanato que apresenta um esboço teórico, passível de críticas e de reformulações constantes, mas que assume na negação total da noção romântica de neutralidade da ciência, que buscou por meio da memória coletiva dar visibilidade ao protagonismo de mulheres que contribuíram com a construção do atual IFAM CMZL e que neste processo de construção histórica reconstruíram e continuam a reconstruir suas próprias histórias

## Referências

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia das letras, 1999.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Hannah Arendt. Tradução: André de Macedo Duarte. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuições para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BENTES, Arone do Nascimento. *O patrimonialismo como cultura institucional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas*. Tese (doutorado em Educação). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOCCATO, V. R. C. “Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação”. In: *Rev. Odontol.* Univ. São Paulo: Cidade São Paulo, v. 18, n. 3, 2006. pp. 265-274

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FAVRET, Saada, J. “Ser afetado”. Trad. de Paula de Siqueira Lopes. In: *Cadernos de Campo*. São Paulo: USP, n. 13, 2005.

GROSSI, Miriam Pillar. “Identidade de Gênero e Sexualidade”. In: *Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, n. 24, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

LATOURET, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Trad. de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. (Coleção TRANS).

SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

STAMATTO, Maria Inês. “Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910)”. In: *II Congresso Brasileiro de História da Educação*. Natal: SBHE, 2002.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. “Mulheres Educadas na Colônia”. In: LOPES, Eliane, M. T; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2000. pp. 79-84.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PROJETO DE EXTENSÃO Fórum permanente de debates: história e memória do IFAM CMZL. Coordenadora Erica Sousa. Palestra proferida pelo professor Alvatir da Silva, 2017.

**Recebido** em 23.10.2019

**Aprovado** em 08.11.2019